

ATO ADMINISTRATIVO 216/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 CP-CIRENOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO CIRENOR Nº 03/2021 RP-CIRENOR

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE RIOGRANDENSE - CIRENOR**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, com fundamento legal no artigo 41, inc. IV, da Lei Federal no 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), inscrito no CNPJ sob o nº 15.344.304/0001-43, com sede na Rua 14 de julho, 458, Centro, no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ULISSES CECCHIN**, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, Prefeito Municipal de Ibiaçá, residente na Rua do Comércio nº 07 em Ibiaçá/RS, CEP 99940-000, RG 1022407173 e CPF/MF nº373.815.550-34, expedida pela SJS/RS, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** no uso de suas atribuições, **RESOLVE** Registrar os Preços da empresa: **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.752.236/0001-23, com sede na Rua Norberto Otto Wild, 420, bairro Imigrante, Vera Cruz/RS, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. **CESAR AUGUSTO GOMES NEUMANN**, CPF n.º 031.237.800-90, RG n.º 4110152107, doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Estadual n.º 13.191, de 30 de junho de 2009, subsidiada pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto Estadual n.º 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual n.º 42.434, de 09 de setembro de 2003, Decreto Estadual n.º 37.288, de 10 de março de 1997, o mesmo pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, Resoluções do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste Riograndense – CIRENOR, legislação superveniente, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

A presente ata tem por objeto o fornecimento dos bens conforme Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 002/2021 – CIRENOR, cujos respectivos preços registrados, conforme Termo de Registro de Preço firmado em 28 de abril de 2021, pela **CONTRATADA**, seguem discriminados na tabela anexa, entendidos como preço(s) justo(s) e suficiente(s) para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes da presente ata correrão à conta do seguinte recurso financeiro: Conta Medicamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em uma parcela: 100% (cem por cento) em 30 (trinta) dias após a entrega de todos os itens da ordem de compra, com a apresentação da respectiva nota fiscal ELETRÔNICA (DANFE), mediante depósito bancário em conta corrente informada pelo fornecedor, não sendo aceita outra forma de cobrança.

§ 1.º - O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da Licitação, e, nos casos excepcionais, devidamente justificados pelo fornecedor, em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões relativas à regularidade fiscal.

§ 2.º - A CONTRATADA não poderá protocolarizar a Nota Fiscal Eletrônica ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores da presente ata não pagos na data do vencimento deverão ser corrigidos deste então até a data efetivo pagamento, respeitada a periodicidade “pro rata die” pelo IGP-M, ou qualquer outro índice que venha a sucedê-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à variação do IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os bens serão entregues na Rua 14 de julho, 458, bairro centro na cidade de Sananduva-RS, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, atendendo todas as condições estabelecidas no edital, proposta vencedora da Licitação, Termo de Registro de Preços e nas cláusulas do presente instrumento.

Parágrafo único. A nota de empenho somente poderá ser entregue após a publicação da súmula do contrato na imprensa oficial do CIRENOR e site www.cirenor.rs.gov.br

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os bens deverão ser entregues de acordo com o previsto no edital de licitação, proposta, Termo de Registro de Preços e com este instrumento e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pelo CONTRATANTE mediante atestado do responsável, anotando nome e matrícula:

I – provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

II – definitivamente, após verificação da qualidade do material e consequente aceitação.

Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas farmacêuticas vencedoras da presente licitação, devem ser entregues respeitando as exigências dos seguintes dizeres, seja impresso ou etiquetagem, desde que seja nítido e irremovível em suas embalagens secundárias e/ou primárias a

expressão: “PROIBIDO A VENDA AO COMERCIO”, sem as quais não haverá recebimento do produto (portaria MS - Ministério da Saúde nº 2814, de 29 de maio de 1998, art 7º).

III - Os medicamentos deverão apresentar prazo de validade de no mínimo 12 meses. Produtos entregue em desconformidade da validade, ficarão a disposição da empresa por 5 dias úteis para retirada no CIRENOR, a partir desse período, fica o consorcio autorizado a entregar por doação o produto aos entes consorciados, sem ressarcimento ao fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS BENS

O objeto do presente contrato tem garantia de no mínimo 12 (doze) meses quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

I – dos direitos:

a) – do CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;
b) – da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

II – das Obrigações:

a) – do CONTRATANTE:
1) – efetuar o pagamento ajustado;
2) – dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.
b) – da CONTRATADA:
1) – entregar os bens de acordo as especificações do edital de licitação, do Termo de Registro de Preços e deste instrumento;
2) – assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRATADA e seus empregados;
3) – manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4) – apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial os relativos a encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
5) – assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.
6) – Manter o valor acordado nos itens em no mínimo por um período de 6 (seis) meses após a assinatura do contrato. Não sendo admitido pedido de readequação financeira antes desse prazo.
7) – manter a entrega do produto sem desistência, serão admitidas desistências, em caso excepcional e justificado, o qual será analisado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de duração da presente ata é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DA ATA

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Esta ata/contrato poderá ser rescindida de acordo com o art. 79 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A rescisão desta ata/contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

I – ADVERTÊNCIA:

a) Por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido

II – MULTAS:

- a) **Multa por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto**, fica o fornecedor sujeito a multa de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **5% (cinco por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **10% (dez por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- d) A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CIRENOR ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do CIRENOR, na forma da Lei.
- e) As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94

III – **SUSPENSÃO** do direito de contratar com a CONTRATANTE, de acordo com a seguinte graduação:

- a) 2 (dois) anos: recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;
- b) 1 (um) ano: pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato;
- c) 6 (seis) meses: pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos III e IV poderão também ser aplicadas à CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

- I – injustificadamente retardar a execução do objeto deste contrato;
- II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste contrato;
- III – fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer de seus municípios consorciados;
- IV – falhar ou fraudar na execução do presente contrato;
- V – tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- VI – tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação; e
- VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA

A presente ata/contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na imprensa oficial do CIRENOR e no site www.cirenor.rs.gov.br

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, devidamente justificado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, somente após apresentação de justificativa plausível a ser avaliada pelo CP - CIRENOR; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 2º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou Contrato de Fornecimento ou não

retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o CP - CIRENOR ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com o CP - CIRENOR ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

A comunicação do cancelamento do registro de preços, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovadamente nos autos do processo que deu origem ao cancelamento.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir da data da última publicação.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Todas as disposições mencionadas no edital desta licitação, bem como nos seus Anexos serão aplicadas a presente ata/contrato, ainda que não constem expressamente neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao CIRENOR ou para os Municípios Consorciados a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo anteriormente indicada;

Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o CIRENOR poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Consórcio.

O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o CIRENOR e os Municípios Consorciados, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Município Consorciado ou outro ente público que não tenha participado do certame licitatório,

mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e desde que o fornecedor possua a referida capacidade de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de SANANDUVA/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata/contrato.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato de fornecimento em 3 (três) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

SANANDUVA, 04 de maio de 2021.

ULISSES CECCHIN

Presidente CIRENOR

Contratante

MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO

HOSPITALARES S/A,

CESAR AUGUSTO GOMES NEUMANN

Contratada

INDIANE INES BIANCHI

Pregoeira

Testemunhas:

Nome: LENARA BASSOLI SEGATTO

CPF: 030.238.530-45

Nome: MARLENE TERESINHA VIERO

CPF: 002.604.590-70

ANEXO I – LISTA DE ITENS REGISTRADOS

Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A. - 07.752.236/0001-23						
ITEM	PRODUTO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	TOTAL
3	103304 ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETILESTRADIOL 0,035MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	2.100	CPR	R\$ 0,2380	R\$ 499,8000
8	102743 ACETILCISTEINA 20MG/ML XAROPE PEDIATRICO 120ML	GEOLAB	2.850	FR	R\$ 4,3243	R\$ 12.324,2550
16	100086 ACIDO FOLICO 5 MG - COMPR.	HYPERA	258.500	CPR	R\$ 0,0319	R\$ 8.246,1500
66	100583 AMPICILINA SUSP. ORAL - 50 MG/ML - FRASCO C/60 ML - FRASCO	PRATI	250	FR	R\$ 3,2890	R\$ 822,2500
68	100626 ANLODIPINO 5 MG - COMPRIM.	GEOLAB	1.024.000	CPR	R\$ 0,0314	R\$ 32.153,6000
83	100107 AZITROMICINA 600MG SUSP 200MG/5ML FRASCO 15ML, com diluente.	HYPERA	4.800	FR	R\$ 4,6358	R\$ 22.251,8400
92	103279 BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI SOL. INJ. (DILUIDA) - FRASCO	EUROFARMA	4.050	FR	R\$ 9,9500	R\$ 40.297,5000
98	101945 BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG - COMPR.	APSEN	500	CPR	R\$ 0,2824	R\$ 141,2000
104	100109 BIMATOPROSTA SOL. OFT. 0,3 MG/ML - 3ML - FRASCO	GEOLAB	30	FR	R\$ 17,7267	R\$ 531,8010
157	103171 CEFTRIAXONA SODICA 1G PO PARA SOL INJ + DILUENTE IM - AMPOLA	EUROFARMA	5.000	AMP	R\$ 5,7000	R\$ 28.500,0000
158	102409 CEFTRIAXONA SODICA 500 MG - IM/EV - AMPOLA	EUROFARMA	200	AMP	R\$ 8,4000	R\$ 1.680,0000
182	101956 CITRATO DE POTASSIO 10 MEQ - COMPR.	APSEN	5.500	CPR	R\$ 0,8414	R\$ 4.627,7000
245	100607 DIAZEPAM 5 MG - COMPRIMIDO	HYPERA	76.150	CPR	R\$ 0,0504	R\$ 3.837,9600
254	100047 DIGOXINA 0,25 MG - COMPR.	PHARLAB	114.000	CPR	R\$ 0,0774	R\$ 8.823,6000
326	100140 FLUCONAZOL 150 MG - DOSE UNITARIA (01 COMP POR BLISTER) CAPSULA	MEDQUIMICA	38.700	CP	R\$ 0,3497	R\$ 13.533,3900
335	103312 - FOSFOMICINA TROMETOMOL 5,631G - (02 SACHES) - UNIDADE	APSEN	500	UND	R\$ 35,5975	R\$ 17.798,7500
369	100055 HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - COMPRIMIDO	PHARLAB	326.000	CPR	R\$ 0,0518	R\$ 16.886,8000
435	101535 LOSARTANA 100MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMP	EUROFARMA	9.400	CPR	R\$ 0,2000	R\$ 1.880,0000
474	100163 MONTELUCASTE (SODICO) COMP. MASTIG. 5 MG - COMPR.	EUROFARMA	1.000	CPR	R\$ 0,4400	R\$ 440,0000
487	103118 NIMODIPINO 30MG COMPR	VITAMEDIC	18.800	CPR	R\$ 0,2077	R\$ 3.904,7600
507	100165 OMEPRAZOL 20 MG - CAPSULA BLISTER COM 07 ou 14	BELFAR	1.985.000	CP	R\$ 0,0886	R\$ 175.871,0000
542	100366 PRAMIPEXOL 0.125 MG - COMPR.	PRATI	1.500	CPR	R\$ 0,5225	R\$ 783,7500
544	103154 PREDNISOLONA 1MG/ML SOLUCAO ORAL - 100ML - FRASCO	PRATI	100	FR	R\$ 5,0521	R\$ 505,2100
547	100073 PREDNISOLONA 5 MG (SULCADO) - blister com atã 10 comprimidos	VITAMEDIC	119.500	CPR	R\$ 0,0789	R\$ 9.428,5500
550	103119 PRIMIDONA 250MG - COMPRIMIDO	APSEN	1.500	CPR	R\$ 0,8427	R\$ 1.264,0500
555	100171 PROPILTURACILA 100 MG - COMP.	BIOLAB	1.200	CPR	R\$ 0,5828	R\$ 699,3600
556	100075 PROPRANOLOL 40 MG - COMPRIMIDO	OSÓRIO	97.500	CPR	R\$ 0,0257	R\$ 2.505,7500
561	103177 QUETIAPINA HEMIFUMARATO 50MG LIBERACAO PROLONGADA - COMPR	EUROFARMA	5.000	CPR	R\$ 0,9860	R\$ 4.930,0000
592	103168 SOLUCAO FISIOLÓGICA 0,9% (CLORETO DE SODIO) 100 ML - FRASCO SISTEMA FECHADO	FARMARIN	3.000	FR	R\$ 1,6774	R\$ 5.032,2000
595	101652 SORO FISIOLÓGICO 0,9 % - 1000 ML - FRASCO SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX IND. E COM. PROD. HOSP. LTDA	500	FR	R\$ 4,2291	R\$ 2.114,5500
597	103342 SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 250 ML - SISTEMA FECHADO - FRASCO	EQUIPLEX IND. E COM. PROD. HOSP. LTDA	2.200	FR	R\$ 2,0672	R\$ 4.547,8400
598	103343 SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 500 ML - SISTEMA FECHADO - FRASCO	FARMARIN	2.050	FR	R\$ 2,3678	R\$ 4.853,9900
614	103360 - TAMOXIFENO 20 MG â€º COMPRIMIDO	SANDOZ	300	CPR	R\$ 0,6846	R\$ 205,3800
636	102405 TRAZODONA 100 MG - COMP. REV.	APSEN	18.800	CPR	R\$ 0,8497	R\$ 15.974,3600
637	102557 TRAZODONA 150 MG - COMPR. REVEST. DE LIBERACAO CONTROLADA - COMPR. REVEST	APSEN	18.500	CPR	R\$ 3,7560	R\$ 69.486,0000
639	103207 TRIMEBUTINA MALEATO 200MG - COMPR	EUROFARMA	1.000	CPR	R\$ 0,7840	R\$ 784,0000
					TOTAL	R\$ 518.167,3460